Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta de Alagoas **Class.:** 04

Data: 24/09/91 **Pg.:**

Funai promete demarcar terras

Índios aceitam prazo e desocupam sede do órgão, para aguardar a decisão do governo

Foto de Dárcio Monteiro

Os índios passaram toda a manhã, para decidir sobre a proposta da Funai, de remarcação das terras

Os 137 índios carapotós e xocós que haviam invadido, à semana passada a sede da Funai em Maceió, decidiram, ontem, retornar para casa e aguardar o resultado do processo de demarcação das terras pelo Ministério da Justiça. A decisão dos índios foi tirada após reunião com o superintendente para Assuntos Fundiários da Funai, em Brasília, José Jaime Mancin, encarregado pelo órgão para resolver o problema dos índios alagoanos.

O prazo solicitado pelo dirigente da Funai foi de 20 dias, para que o processo de demarcação seja encaminhado, a nível de Funai, e mais 60 dias para que o Ministério da Justiça, possa se pronunciar quanto ao pedido de demarcação. A reunião se prolongou durante toda a manhã e só depois do meio-dia os índios decidiram finalmente aceitar a proposta da Funai, mas para isso eles apresentaram algumas condições ao órgão.

—Aceitamos voltar para casa e aguardar o prazo de 80 dias solicitado pela Funai, no entanto queremos a garantia de que a partir de agora todos os documentos relativos à questão do índio sejam enviados para nós, queremos ter certeza de tudo o que já foi feito e dos trabalhos que a Funai pretenda executar. Para isso exigimos que a Funai se comprometa em nos enviar todas as cópias dos documentos encaminhados ao Ministério da Justiça", disse Gileno Clementino Lima, cacique da tribo Xocó.

Outra exigiência feita pelos índios foi que "terminado o prazo de 80 dias e caso não haja nenhuma solução por parte do Ministério da Justiça, que a Funai se comprometa em enviar as lideranças dos índios alagoanos para Brasília para que possamos cobrar do ministro uma solução para nosso problema".

A preocupação dos índios era que com o recesso parlamentar de dezembro, quando o prazo pedido pela Funai se expira, não houvesse encaminhamento para a questão da demarcação das terras. O superintendente da Funai disse que isso não será problema, porque a assinatura do ministro da Justiça garantindo a demarcação das terras independe do recesso parlamentar.

Carapotós e xocós ficaram sem área para plantio e pesca

O processo de demarcação das terras dos carapotós e xocós está em estudo desde 1985. Durante todo esse tempo em que aguardam uma definição por parte do governo os índios enfrentam vários problemas, como a falta de uma área para plantar e até mesmo para pescar, já que as terras em que eles vivem estão todas ocupadas. Sem um trabalho que lhes garanta o sustento, os índios atravessam sérias dificuldades, chegando, inclusive, a passar fome.

Na reunião que manteve com os índios carapotós e xocós o superintendente para Assuntos Fundiários da Funai, em Brasília, José Jaime Mancin reconheceu a situação de dificuldades vivida pelos índios alagoanos, mas disse que no momento a única solução é aguardar o posicionamento do Ministério da Justiça quanto ao pedido de demarcação das terras.

"Temos que esperar a posição do ministério, que só deverá ser conhecida nesses 80 dias. Com a pressão exercida pelos índios e o caráter emergencial da situação, o ministério deverá se posicionar com a máxima brevidade e logo que o processo de demarcação seja aprovado iniciaremos os trabalhos de indenização das pessoas que ocupam as áreas indígenas e de retirada desses moradores. Isso deverá demorar um pouco, mas o importante agora é que o Ministério da Justiça aprove o parecer garantindo a demarcação das terras", disse José Jaime Mancin.

O superintendente para Assuntos Fundiários da Funai explicou ainda que "depois da apreciação pelo presidente da Funai para que aprove ou não a demarcação das áreas, o conteúdo do processo é divulgado no Diário Oficial e encaminhado ao Ministério da Justiça que terá um prazo de 60 dias para ouvir o governo do Estado, Ministério da Agricultura, Secretaria do Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos, que receberão um prazo de mais 30 dias para se pronunciar. Só depois disso tudo é que a demarcação poderá ser iniciada". No caso dos índios alagoanos, disse ele, "todo esse processo deverá ser acelerado já que o caso aqui é de urgência.

Barracas da orla são notificadas pela Vigilância

A fiscalização da Vigilância Sanitária percorreu, domingo, toda a orla marítima de Maceió inspecionando as condições de funcionamento das barracas que comercializam bebidas e petiscos ao longo dos calçadões. Nenhum ponto chegou a ser interditado, mas os fiscais deram um prazo de 24 horas para algumas barracas notificadas resolverem problemas existentes nos banheiros, como entupimentos e descargas quebradas.

Estes problemas foram detectados nas barracas "do Charles", "Verde Mar", "da Gorda", "Solara", "do Salvador", "Café Nordeste", "Queiróz" e "Ipaneminha". Nestas barracas os banheiros não apresentavam as mínimais condições de funcionamento, segundo informou o chefe do Serviço de Vigilância Sanitária, Antônio Castanha.

Os fiscais da Vigilância Sanitária vão voltar às barracas para checar se os problemas foram solucionados. Caso isso não tenha ocorrido, as barracas poderão até ser interditadas. Em outros pontos, a fiscalização encontrou pequenos problemas de mais fácil solução, como falta de azuleijos. Os proprietários foram orientados a providenciar a reforma dos banheiros.

Já nas cozinhas das barracas, a fiscalização da Vigilância não encontrou maiores problemas e não chegou a haver nenhuma notificação. Os fiscais verificaram as condições de higiene e os prazos de validades dos produtos utilizados na preparação de pratos servidos como tira-gosto. Nenhum produto ou utensílio de cozinha foi apreendido.

Ação nos abates

Em outra operação, na semana passada, a Vigilância Sanitária fechou cerca de 10 abatedouros clandestinos "por absoluta falta de condições de higiene para funcionamento". Os abatedouros foram localizados pelos fiscais do serviço nos bairros da Levada, Vila Brejal, Tabuleiro e Trapiche da Barra. Todo o material e as carnes encontradas nesses abatedouros foram apreendidos pelos fiscais porque sua comercialização coloca em risco a saúde da população.

Toda carne comercializada para consumo humano tem que passar pelo crivo do Serviço de Inspeção Federal, que determina se o produto atende às condições de saúde e higiene para consumo pela população. No entanto, a atuação do SIF se dá apenas nos abatedouros com registro e autorização oficial para funcionar.

A ação da Vigilância Sanitária nos abastes clandestinos tem por objetivo evitar que eles funcionem para que não chegue até à população produtos que não tenham sido aprovados pelo Serviço de Inspeção Federal. O chefe da Vigilância Sanitária disse que a fiscalização vai continuar procurando os abastedouros clandestinos com o objetivos de fechá-los e, assim, garantir a qualidade da carne consumida pela população.

Operação atende a 7 mil pessoas

Durante os quatro dias de Operação Aciso (Ação Cívico-Social) no conjunto Virgem dos Pobres, encerrada na última sexta-feira, cerca de mil pessoas foram atendidas nas áreas de saúde, educação, expedição de documentos, distribuição de cestas básicas, entre outros serviços.

Segundo o coronel Jaime Ferreira, 1.175 pessoas receberam atendimento médico, enquanto 3.190 puderam obter documentos como carteria de identidade, CPF e título de eleitor. Foram distribuidos 1.650 cestas básicas e mais de mil carteiras de saúde. Quase duas mil pessoas se inscreveram para conseguir a casa própria através do sistema de mutirão.

Na parte de educação, foram realizadas palestras sobre aleitamento materno e estatuto da criança e do adolescente, além de demonstração de como apagar incêndio em botijão de gás e demonstração de salvamento em lagos. Também foi realizado um curso de confecção de diademas.

A operação Aciso - coordenada pela Polícia Militar - também implantou alguns serviços que continuarão a ser oferecidos aos moradores de Virgem dos Pobres.